



**Relatório da 3ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de
Refúgio e Refugiados(as)**
Porto Alegre, RS – 16 e 17 de abril de 2012.

I. Introdução

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil com o apoio do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) realizaram na cidade de Porto Alegre a **3ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as)** nos dias 16 e 17 de abril. Representantes de diversas instituições governamentais e privadas que trabalham com o tema do trabalho e emprego e/ou o tema do refúgio se reuniram para debater sobre as dificuldades que os solicitantes de refúgio e refugiados(as) enfrentam para acessar o mercado de trabalho brasileiro. Várias recomendações foram apontadas com o objetivo de superar os desafios encontrados.

Estiveram presentes representantes das instituições listadas abaixo:

Alto Comissariado nas Nações Unidas para Refugiados
Associação Antônio Vieira
Caliendo Metalurgia e Gravações LTDA
Centro de Apoio Operacional/ Ministério Público do Rio Grande do Sul
CIBAI Migrações/Igreja Pompéia
Comitê da Cidadania
Comitê Nacional para Refugiados/Ministério da Justiça
Comissão Municipal de Emprego de Porto Alegre
Confederação Nacional do Comércio
Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego
Construtora Zagonel
Consulado do Equador
Cooperativa dos Revendedores de Combustíveis
Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul
Defensoria Pública Federal
Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços no Rio Grande do Sul
Fundacentro/Ministério do Trabalho e Emprego
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
Prefeitura Municipal de Santa Maria
Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa
Procuradoria Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
RBM Advogados
Secretaria de Direitos Humanos
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul
Secretaria Nacional Economia Solidária



SENAC/RS

SENAR/RS

Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre

Sigmund Freud Associação Psicanalista

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul

Tribunal Regional do Trabalho 4ª. Região

UNILASSALE

UNISINOS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

II. Sessão de Abertura e Mesa Informativa

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTR/RS), o Sr. Heron dos Santos Oliveira, deu boas vindas aos participantes ressaltando o interesse da SRTE/RS em conhecer e se aproximar do tema do refúgio. As saudações de boas vindas foram complementadas pelas seguintes autoridades: Padre João Geraldo Kolling, Diretor da Associação Antônio Viera; Sr. Pompeu de Mattos, Secretário Municipal do Trabalho da Prefeitura de Porto Alegre; Sra. Tâmara Bielo Soares, representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Sra. Aline Thomé de Arruda, assessora do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE); Sr. Andrés Ramirez, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil e o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em seguida, foram ministradas as palestras da Mesa Informativa cujo objetivo era brindar aos participantes um panorama acerca do tema do refúgio no mundo e no Brasil e qual o posicionamento do Governo Brasileiro acerca desta temática. Destaca-se o compromisso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, anunciado pela Sra. Tâmara Bielo Soares, de instituir o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes ainda no primeiro semestre de 2012.

O Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) e Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), discorreu sobre o envolvimento do MTE no CONARE, com especial destaque para o instrumento de proteção complementar previsto na Resolução Normativa Nº 13, de 23 de março de 2007, do CONARE que prevê o encaminhamento de casos que não se enquadram na definição de refúgio para apreciação do CNIg como situações especiais. Foi explicado o procedimento para concessão de vistos de residência para cidadãos haitianos junto à representação diplomática do Brasil no Haiti e as principais questões sobre os vistos humanitários concedidos para cerca de 5.500 haitianos que chegaram ao Brasil pela região amazônica. O Sr. Paulo Sérgio prestou esclarecimentos sobre a determinação da condição de refugiados atribuída ao CONARE e transcorreu sobre as gestões do MTE junto às autoridades e sociedade em geral para facilitar a inserção desta população no mercado de trabalho brasileiro. Finalizou sua palestra destacando os esforços empreendidos pelos Grupos de Trabalho e Emprego instituídos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro logo após as Oficinas de Trabalho naqueles dois estados.

O Sr. Andrés Ramirez, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) no Brasil agradeceu o Ministério do Trabalho e Emprego pelo compromisso



firmado com os solicitantes de refúgio e refugiados que vivem no Brasil e reconheceu que esta parceria interinstitucional vem produzindo excelentes frutos. O Sr. Andrés compartilhou a visão do ACNUR sobre as sub-regiões de atuação da instituição na América Latina, destacando que o Cone Sul, onde o Brasil está localizado, é uma região que não gera refugiado, mas sim que os acolhe. Esta área conta com o instituto de refúgio fortalecido por diversos instrumentos regionais, como o Plano de Ação do México de 2004, que entre outras iniciativas, institui o Programa de Reassentamento Solidário no Brasil, Chile e Argentina. Por meio desta iniciativa, o Governo do Brasil acolhe, com o apoio da sociedade civil e do ACNUR, refugiados que continuam sofrendo graves riscos em países como Equador e Costa Rica. Foi ressaltada a tradição de acolhida do povo gaúcho e do Estado do Rio Grande do Sul aos refugiados colombianos e palestinos. O Sr. Ramirez reforçou ainda a importância da criação do Grupo de Trabalho local para dar concretude às recomendações feitas na oficina e colocou o escritório do ACNUR Brasil à disposição para apoiar esta articulação que deveria estar em consonância com as metodologias dos grupos dos outros estados.

A Sra. Aline Thomé de Arruda, assessora do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) órgão ligado ao Ministério da Justiça, iniciou sua apresentação ressaltando a relevância da estrutura tripartite do trabalho do Comitê que inclui a participação de representantes do governo, da sociedade civil e do ACNUR. Em seguida, palestrou sobre os conceitos inovadores da Lei brasileira de refúgio, a Lei 9.474/97, e apresentou as principais questões ligadas ao surgimento do CONARE, do processo de determinação da condição de refúgio, da estrutura e competência do CONARE, e dos procedimentos internos a cargo da Coordenação-Geral para Assuntos de Refugiados (CGARE/MJ).

A Mesa Informativa contou com o testemunho de um refugiado de origem palestina reassentado no Rio de Grande do Sul em 2007 que relatou suas tentativas de se inserir no mercado de trabalho local. Ele reconheceu a generosidade do Governo Brasileiro em brindar proteção internacional ao grupo que vivia no campo de Ruweished por quatro anos e também por reconhecê-los como nacionais da Palestina. Ele relatou que nos dois primeiros anos no país recebeu assistência financeira no marco do projeto de acolhida e integração, mas não conseguiu se manter em um emprego fixo neste período. Mesmo tendo obtido um diploma de PhD antes de chegar ao Brasil, ele aceitou trabalhar em atividades menos qualificadas, como vigia e vendedor para poder sustentar financeiramente sua família. Foi relatada sua tentativa, ainda sem sucesso, de validar seu diploma de doutorado no Brasil para que pudesse trabalhar efetivamente na sua área.

Outros dois refugiados presentes na platéia compartilharam espontaneamente suas histórias de busca de trabalho no Brasil. A refugiada colombiana relatou a boa acolhida que teve no município de reassentamento, e o refugiado colombiano compartilhou o fato de que todos os membros adultos da sua família estão trabalhando com contrato formal e que, nos dois anos que estão no país, obtiveram muitas conquistas profissionais, como promoção e acesso aos mesmos direitos trabalhistas dos brasileiros.



A mesa foi finalizada com uma sessão de perguntas e respostas onde os participantes da plenária puderam fazer colocações e questionamentos para os palestrantes.

III. Resumo das Apresentações

1ª Mesa de Debate: Oportunidades no Marco do Governo Federal

A Sra. Cyntia Sampaio, Assistente de Soluções Duradouras do ACNUR Brasil, coordenou a primeira mesa de debate que tinha por objetivo apresentar aos participantes as políticas do governo federal voltadas para a geração de renda. A primeira apresentação foi conduzida pela Sra. Sinara Neves Ferreira, representante do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE. Esta fez um pronunciamento sobre a criação e funcionamento do Sistema Nacional de Emprego (SINE), ressaltando as principais etapas envolvidas na intermediação de mão de obra, tais como inscrição do trabalhador no sistema; registro do empregador; captação de vagas de trabalho; cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas; convocação de trabalhadores conforme pesquisa de perfil e encaminhamento à oportunidade de trabalho; e o registro do resultado do encaminhamento. Atualmente no Brasil, existem 1.461 postos de atendimento ao trabalhador desenvolvidos por meio de convênios com 27 estados (1342 postos), 53 municípios (99 postos), e 03 entidades privadas (20 postos). Sua fala foi concluída com as estatísticas de 2010, mostrando que houve 5.497.650 inscrições no SINE, disponibilização de 3.660.711 vagas, 7.729.292 encaminhamentos, e 1.246.201 colocações no mercado de trabalho finalizadas com êxito. Infelizmente, o SINE não consegue identificar a população refugiada em seus cadastros para fins de um acompanhamento mais próximos aos trabalhadores nesta condição.

A Sra. Ana Maria Monteiro, Administradora do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), iniciou sua fala contextualizando a maneira como o Governo compreende o Microcrédito: empréstimo de baixo ou médio valor para pequenos negócios informais e formais concedido de forma orientada no próprio local de funcionamento da atividade econômica por meio de agentes de crédito treinados e capacitados para prestar orientação financeira e administrativa sobre a aplicação do crédito. Este pode ser ainda destinado tanto para capital de giro, como para investimento. Por meio de termos de parcerias firmados com cerca de 360 instituições de microcrédito habilitadas, o PNMPO busca: incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares; estimular o fortalecimento e a criação de instituições de microcrédito; e disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado. A Sra. Ana Maria discorreu também sobre os resultados atingidos, as condicionalidades de acesso ao microcrédito e o passo a passo para a solicitação junto às instituições habilitadas. Finalmente, foram apresentadas estatísticas acerca das operações de microcrédito realizadas no estado do Rio Grande do Sul.

A Sra. Nelsa Nespolo - Diretora de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa do RS, representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) - discorreu sobre a relevância da economia solidária como uma maneira



coletiva de produção que tem o poder de reestruturar o mundo do trabalho de forma a incluir os micro e pequenos produtores geralmente marginalizados. A SENAES realizou um mapeamento dos empreendimentos no Brasil e constatou que entre os 2,5 milhões do total de empreendimentos no país há uma população de 25 mil micro ou pequeno empreendimentos. Nos últimos oito anos, a SENAES apoiou nacionalmente mais de 500 mil pessoas, sendo que no Rio Grande do Sul haveria cerca de 2.500 microempreendimentos agregando cerca de 250 000 indivíduos. A SENAES está encarregada de repassar recursos para as entidades que lidam com o tema da economia solidária e também para estados e municípios para que estes desenvolvam suas políticas públicas. A Sra. Nelsa enxerga a possibilidade da inclusão da população refugiada em iniciativas já em andamento como uma maneira alternativa de inserção em atividades de geração de renda. Além disso, é também uma maneira de facilitar todo o processo de integração local por meio da convivência com brasileiros, o que ajudaria no aprendizado do idioma, na construção de rede de apoio, no conhecimento da cultura local, etc.

2ª Mesa de Debate: Identificação de oportunidades para solicitantes e refugiados(as) no Estado do Rio de Janeiro

A segunda mesa de debates do dia foi mediada pela Sra. Marjolaine Canto, representante do Sindicato Patronal no CNIG. O Sr. Leonardo Schreiner, Vice-Presidente da Fecomércio do estado do Rio Grande do Sul, relatou os principais pontos da reunião realizada naquele dia com os representantes do ACNUR e da ASAV, onde o SESC e o SENAC estudaram a possibilidade de firmar convênio para promover o acesso de solicitantes de refúgio e refugiados a atividades de esporte, cultura e de capacitação profissional oferecidas pelas entidades.

A Sra. Karin Wapechowski, Coordenadora do Programa de Reassentamento Solidário da Associação Antônio Vieira (ASAV) que atua em parceria com o Governo Federal e o ACNUR, relatou a primeira experiência de reassentamento acompanhada pela ONG em 2003, quando um grupo de 16 refugiados colombianos foi reassentado no RS. Após a experiência com este grupo, houve um redesenho do programa, prevendo a necessidade de promover a dispersão territorial dos refugiados para: 1) reduzir o impacto na comunidade de acolhida, geralmente cidades de porte médio ou pequeno; 2) evitar que refugiados colombianos, oriundos de um conflito muito complexo com grande diversidade de facções, possam se encontrar e se conhecer. Em 2007, houve ainda a chegada dos palestinos e o programa teve de lidar com uma população de refugiados extra-regionais.

Ao chegarem ao Brasil, os refugiados são apoiados pela ASAV a construir um plano de integração local com base em suas habilidades prévias e intenções. Cada pessoa demanda um tipo de atenção e, através do estudo e análise de cada aspiração, a ASAV busca inclui-las na rede de parceiros: prefeituras, agentes de integração local (voluntários), entidades privadas, etc. Os refugiados reassentados, muitas vezes, vêm de anos de deslocamento, estando longe de suas casas, seus trabalhos, seus planos de vida por muito tempo, demandando, assim, certo período para se apropriar das condições locais. A ASAV recomenda que primeiramente trabalhem com carteira de trabalho assinada, façam aulas de capacitação e aprendam o idioma. Mesmo que

queiram ter um negócio próprio, é mais recomendado começar com um emprego formal em uma empresa e aprender como é o funcionamento das formalidades dessa área no Brasil.

A ASAV identifica como desafio para o ano de 2012 a criação do Comitê Estadual de Atenção a Migrantes e Refugiados no Rio Grande do Sul e a consolidação de parceiros estratégicos, como Prefeituras. A expectativa é receber cerca de 30 pessoas até o final do ano.

A Sra. Liège Horst Didonet, da Associação Psicanalítica Sigmund Freud, é responsável pelo acompanhamento psicológico da equipe do Programa de Reassentamento Solidário da ASAV e também dos refugiados reassentados que chegam no estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2008, teve início um projeto com a equipe do Programa de Reassentamento, focado nas angústias geradas por tal trabalho. A experiência levou a um questionamento sobre coisas que não são sempre boas ou agradáveis no contexto dessas atividades. No atendimento aos refugiados, o foco inicial é investigar como eles chegam e como reagem à experiência de longas viagens. Além disso, estudam-se maneiras de apoiá-los a lidar com os questionamentos sobre seu lugar no mundo e identidade com o idioma, insegurança quanto ao futuro, entre outros. A escuta é realizada a partir da singularidade e subjetividade de cada um.

A mesa foi encerrada após a colocação de perguntas pelos membros da plateia e das respostas apresentadas pelos palestrantes.

IV. Recomendações dos Grupos de Trabalho

Após uma votação em plenária, foi decidido que o debate ocorreria de maneira ampliada sem a necessidade da divisão em grupos de trabalho. A Sra. Cyntia Sampaio facilitou a coordenação do debate dando a palavra aos participantes que se inscreviam voluntariamente.

Entre as principais dificuldades apontadas pelos participantes em relação ao acesso da população refugiada ao mercado de trabalho brasileiro, estavam: 1) dificuldade com o idioma português; 2) baixa qualificação profissional; 3) desconhecimento por parte dos empregadores e dos funcionários das entidades de facilitação de mão de obra sobre o tema do refúgio; 4) desconhecimento dos refugiados sobre as regras trabalhistas brasileiras; 5) dispersão territorial dos refugiados em solo brasileiro; 6) falta de acesso dos refugiados a atividades produtivas, como microcrédito e economia solidária; 7) dificuldade de validação de diploma emitido no país de origem. A partir dos problemas identificados, os grupos de trabalho elaboraram propostas para o enfrentamento dessas questões. Com base nas discussões dos grupos, compilamos as principais recomendações que seguem abaixo:

1. Constituir grupo de trabalho para operacionalizar as recomendações desta oficina no âmbito da SRTE/RS e/ou do Comitê Estadual para refugiados e Migrantes que está sendo constituído no RS;



2. Criar curso de português adequado à realidade do refugiado por meio do estabelecimento de parceria com o SENAC ou SESC;
3. Estabelecer parcerias com as universidades públicas, privadas e comunitárias para o ensino avançado da língua portuguesa para os refugiados e também do ensino do idioma dos refugiados para os alunos interessados como uma estratégia de intercambiar saberes;
4. Desenvolver processo seletivo diferenciado com vistas a facilitar o acesso da população refugiada ao ensino superior na UFRGS, a exemplo da experiência já implementada pela instituição em relação à população indígena;
5. Identificar jovens refugiados, entre 14 e 24 anos, que possam ser inseridos no Programa de Aprendizagem Profissional implementado pela SRTE/RS.
6. Identificar oportunidades para apresentar o tema do refúgio em diversos seguimentos públicos e privados da região, como, por exemplo, em reuniões e treinamentos de agentes públicos, empresas privadas, associações de classe, universidades etc;
7. Desenvolver atividades de sensibilização de associações e grupos de empresários sobre a temática do refúgio;
8. Consolidar uma rede de contatos das pessoas que participaram do evento, que se conheçam e reconheçam como atores e instituições envolvidas e interessadas neste processo;
9. Identificar quais postos do SINE são mais buscados pelos solicitantes de refúgio e refugiados e promover uma sensibilização dos agentes nesses locais;
10. Apoiar as entidades envolvidas na rede de apoio a migrantes e refugiados a desenvolverem núcleos de voluntários que se disponibilizem a acompanhar essas pessoas no SINE e auxiliar na tradução;
11. Desenvolver banco de boas práticas de integração local da população refugiada em diferentes âmbitos: empresariais, municipais, estaduais, de forma a dar visibilidade e replicar experiências entre os estados;
12. O PNMPO enviará ofício para as entidades do RS que trabalham com o programa, esclarecendo sobre o tema do refúgio a fim de identificar instituições que queiram desenvolver projeto piloto com refugiados que busquem ter um empreendimento.

V. Divulgação do Relatório

O relatório final desta oficina será enviado por email a todos os participantes e será disponibilizado no site do Ministério do Trabalho e Emprego e do ACNUR.

Paulo Sérgio de Almeida
Presidente do CNIg
Ministério do Trabalho e Emprego

Andrés Ramirez
Representante
ACNUR Brasil